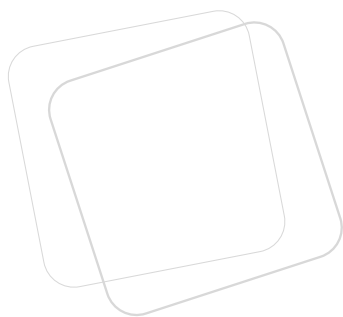




SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	31
1. BREVE HISTÓRICO	35
1.1. Países da família da <i>civil law</i>	35
1.2. Países da família da <i>common law</i>	36
1.3. Evolução do processo coletivo no Brasil	37
2. TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA	39
2.1. Introdução	39
2.2. Origem da tutela jurisdicional coletiva	41
2.3. Microsistema Coletivo	43
2.3.1. Conceito	43
2.3.2. Casuística	47
2.4. Marcos legislativos	50
2.5. Ação de Improbidade Administrativa	54
3. LEGISLAÇÃO VIGENTE	63
3.1. Introdução	63
3.2. Lei das Pessoas com Deficiência (Lei 7.853/1989)	63
3.3. Lei de defesa dos investidores do mercado de valores mobiliários (Lei 7.913/1989)	65
3.4. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990)	66
3.5. Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992)	68
3.6. Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003)	69
3.7. Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003)	71
3.8. Lei do Mandado de Segurança (Lei 12.016/2009)	73
3.9. Lei de defesa da ordem econômica (Lei 12.529/2011)	74
3.10. Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013)	76
3.11. Lei do Mandado de Injunção (Lei 13.300/2016)	80
4. ESPÉCIES DE PROCESSO COLETIVO	85
4.1. Processo coletivo comum	85

4.1.1.	Introdução	85
4.1.2.	Ação popular	87
4.1.2.1.	Hipóteses de cabimento	87
4.1.2.2.	Ilegalidade e lesividade do ato administrativo	92
4.1.3.	Mandado de segurança coletivo	94
4.1.3.1.	Requisitos comuns de cabimento do mandado de segurança individual e coletivo	94
4.1.3.2.	Direitos tuteláveis pelo mandado de segurança coletivo	97
4.1.4.	Ação de improbidade administrativa	97
4.1.5.	Ação civil pública	107
4.1.6.	Mandado de injunção coletivo	108
4.2.	Processo coletivo especial	113
4.2.1.	Introdução	113
4.2.2.	Ação direta de inconstitucionalidade	114
4.2.3.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	114
4.2.4.	Ação declaratória de constitucionalidade	116
4.2.5.	Ação de descumprimento de preceito fundamental	117
4.2.5.1.	Objeto da impugnação	117
4.2.5.2.	Caráter subsidiário	120
4.3.	Processos pseudocoletivos (ações pseudocoletivas)	121
4.4.	Ações pseudoindividuais	122
5.	PRINCÍPIOS DO PROCESSO COLETIVO	131
5.1.	Acesso à ordem jurídica justa	131
5.2.	Princípio da participação	135
5.3.	Ativismo judicial	137
5.3.1.	Sistemas processuais dispositivo e inquisitivo	137
5.3.2.	Sistema processual no processo coletivo e poderes do juiz	138
5.3.3.	Processo coletivo e a implementação de políticas públicas	141
5.3.4.	Dever do juiz na prática de atos processuais (prazos impróprios)	145
5.4.	Contraditório	148
5.5.	Economia processual	151
5.6.	Interesse no julgamento de mérito	153
5.6.1.	Princípio de teoria geral do processo	153
5.6.2.	Especificamente o processo coletivo	155
5.6.2.1.	Introdução	155
5.6.2.2.	Sucessão na hipótese de ilegitimidade ativa	155
5.6.2.3.	Fungibilidade	156

5.6.3.	Interesse no melhor julgamento de mérito possível	159
5.7.	Disponibilidade motivada	160
5.8.	Obrigatoriedade de promoção da defesa dos direitos coletivos <i>lato sensu</i> ?	165
5.9.	Obrigatoriedade da execução	167
5.10.	Não taxatividade da tutela coletiva	168
5.11.	Competência adequada	171
6.	DIREITOS TUTELADOS PELO MICROSSISTEMA COLETIVO	173
6.1.	Direitos ou interesses?	173
6.2.	Direito difuso	175
6.3.	Direito coletivo	177
6.4.	Direitos individuais homogêneos	179
6.5.	Direitos individuais indisponíveis	182
6.6.	Identities e diferenças entre os direitos coletivos <i>lato sensu</i>	185
7.	COMPETÊNCIA	189
7.1.	Introdução	189
7.2.	Competência da Justiça brasileira	190
7.3.	Competência originária dos tribunais superiores e órgãos atípicos	191
7.3.1.	Processo coletivo especial	191
7.3.2.	Ação popular e ação civil pública	191
7.3.3.	Ação de improbidade administrativa	192
7.3.4.	Mandado de injunção coletivo	194
7.3.5.	Mandado de segurança coletivo	195
7.3.6.	Processo de impedimento	195
7.4.	Competência de Justiça Especializada	195
7.5.	Competência da Justiça Comum	196
7.6.	Regra de Competência Absoluta	199
7.6.1.	Competência absoluta: funcional ou territorial?	199
7.6.2.	Local do dano	200
7.6.3.	ECA e Estatuto da Pessoa Idosa	203
7.6.4.	Mandado de segurança coletivo	204
7.6.5.	Ação popular	205
7.6.6.	Ação de improbidade administrativa	206
7.7.	Competência de juízo	208
8.	LEGITIMIDADE	209
8.1.	Espécies de legitimidade	209

8.2.	Legitimados ativos	211
8.2.1.	Cidadão	211
8.2.2.	Ministério Público	216
8.2.3.	Associação	221
8.2.3.1.	Introdução	221
8.2.3.2.	Constituição nos termos da lei civil há pelo menos um ano	222
8.2.3.3.	Pertinência temática	224
8.2.3.4.	Representação adequada (<i>adequacy of representation</i>)	225
8.2.3.4.1.	Introdução	225
8.2.3.4.2.	Sistema <i>opere iudicis</i> (<i>common law</i>)	225
8.2.3.4.3.	Sistema <i>opere legis</i> (<i>civil law</i>)	226
8.2.3.4.4.	Situação atual no Brasil	228
8.2.3.5.	Legitimidade extraordinária ou representação processual?	230
8.2.4.	Pessoas jurídicas da administração pública	233
8.2.5.	Defensoria Pública	236
8.3.	Legitimação ativa no mandado de segurança coletivo	245
8.4.	Legitimação ativa na ação de improbidade administrativa	247
8.4.1.	Introdução	247
8.4.2.	Pessoa jurídica interessada	248
8.4.3.	Ministério Público	250
8.5.	Processo coletivo especial	251
8.6.	Legitimados passivos	256
8.6.1.	Introdução	256
8.6.2.	Ação popular	256
8.6.3.	Ação de improbidade administrativa	259
8.6.4.	Mandado de segurança coletivo	260
8.6.5.	Legitimação passiva no processo coletivo especial	264
8.7.	Legitimação bifronte da pessoa jurídica de direito público	267
8.7.1.	Ação popular	267
8.7.2.	Ação de improbidade administrativa	269
8.8.	Classificação da legitimidade e litisconsórcio	270
9.	RELAÇÃO ENTRE A AÇÃO COLETIVA E INDIVIDUAL	273
9.1.	Introdução	273
9.2.	Litispendência	273
9.3.	Conexão e continência	275

9.3.1.	Conceito	275
9.3.2.	Objetivos pretendidos com a reunião de ações conexas	276
9.3.3.	Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão	277
9.3.4.	Matéria de ordem pública	278
9.3.5.	Especificamente na relação entre ação coletiva e individual	278
9.4.	Suspensão do processo individual	280
9.5.	Extinção do processo individual	282
10.	PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	285
10.1.	Parte	285
10.1.1.	Polo ativo	286
10.1.2.	Polo passivo	286
10.1.3.	Litisconsórcio	288
10.2.	Fiscal da Ordem Jurídica	288
10.2.1.	Mandado de segurança coletivo	290
10.2.2.	Ação popular	291
10.3.	Sucessão processual	295
11.	LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	297
11.1.	Litisconsórcio	297
11.2.	Litisconsórcio no polo ativo	298
11.2.1.	Facultativo	298
11.2.2.	Unitário	299
11.2.3.	Litisconsórcio ativo ulterior?	300
11.2.3.1.	Processo coletivo comum	300
11.2.3.2.	Processo coletivo especial	303
11.3.	Litisconsórcio no polo passivo	305
11.3.1.	Introdução	305
11.3.2.	Ação popular	305
11.3.3.	Ação de improbidade administrativa	306
11.4.	Indivíduo como “litisconsorte” nas ações coletivas de direito individual homogêneo	307
11.5.	Intervenção de terceiros	309
11.6.	Assistência	310
11.6.1.	Assistência simples	310
11.6.2.	Assistência litisconsorcial	311
11.7.	Denúnciação da lide	312
11.7.1.	Denúnciação da lide no Código de Defesa do Consumidor	313

11.7.1.1.	Introdução	313
11.7.1.2.	Razões da vedação legal	313
11.7.1.2.1.	Introdução	313
11.7.1.2.2.	Retardamento procedimental	314
11.7.1.2.3.	Nova causa de pedir em razão da denunciação da lide	316
11.7.1.2.4.	Abrangência da vedação legal	318
11.8.	Chamamento ao processo	319
11.8.1.	Espécie atípica de chamamento ao processo	319
11.8.1.1.	Ação diretamente proposta contra a seguradora	320
11.9.	<i>Amicus curiae</i>	321
11.9.1.	Introdução	321
11.9.2.	Interesse institucional	322
11.9.3.	Requisitos	323
11.9.4.	Aspectos procedimentais	325
11.10.	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica	326
11.10.1.	Introdução	326
11.10.2.	Momento	328
11.10.3.	Procedimento	328
11.10.4.	Recorribilidade	331
11.10.5.	Fraude à execução	332
12.	RELAÇÃO ENTRE AÇÕES COLETIVAS	333
12.1.	Introdução	333
12.2.	Conexão e continência	334
12.2.1.	Conceito e efeito	334
12.2.2.	Determinação do juízo prevento	335
12.2.3.	Prejudicialidade externa	336
12.3.	Litispendência e seu efeito	337
12.4.	Limitação territorial do art. 16 da LACP	339
12.5.	Indevida confusão entre continência e litispendência parcial	340
13.	MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	343
13.1.	Recursos e sucedâneos recursais	343
13.2.	Cabimento	344
13.2.1.	Introdução	344
13.2.2.	Ação popular	345
13.2.3.	Mandado de segurança coletivo	346

13.2.4. Processo coletivo especial	347
13.3. Legitimidade recursal	349
13.3.1. Introdução	349
13.3.2. Ação popular	350
13.3.3. Mandado de segurança coletivo	351
13.4. Efeitos	352
13.4.1. Introdução	352
13.4.2. Ação civil pública	352
13.4.3. Ação popular	355
13.5. Desistência e renúncia	356
13.6. Reexame necessário	360
13.6.1. Introdução	360
13.6.2. Ação popular	361
13.6.3. Mandado de segurança coletivo	362
13.7. Ação rescisória	363
13.7.1. Introdução	363
13.7.2. Processo coletivo comum	366
13.7.3. Processo coletivo especial	366
13.8. Pedido de suspensão de segurança	368
14. COISA JULGADA	375
14.1. Introdução	375
14.2. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	375
14.3. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	380
14.4. Limitação territorial da coisa julgada	382
14.5. Coisa julgada na ação de improbidade administrativa	387
14.6. Coisa julgada no mandado de segurança coletivo	390
15. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	393
15.1. Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis	393
15.2. Natureza jurídica da liquidação	394
15.3. Legitimidade ativa	396
15.4. Competência	396
15.5. Espécies de liquidação de sentença	398
15.6. Direito difuso e coletivo	400
15.7. Direito individual homogêneo	400
15.8. Liquidação individual das sentenças de direito difuso e coletivo	401

16. EXECUÇÃO	403
16.1. Introdução	403
16.1.1. Processo de execução e cumprimento de sentença	403
16.1.2. Execução por sub-rogação e indireta	406
16.2. Legitimidade ativa	412
16.3. Direitos difusos e coletivos	414
16.4. Direitos individuais homogêneos	415
16.4.1. Introdução	415
16.4.2. Execução por <i>fluid recovery</i>	415
16.4.3. Legitimidade	419
16.5. Regime jurídico das despesas e custas processuais	422
17. TUTELA PROVISÓRIA	425
17.1. Introdução	425
17.2. Tutela antecipada	427
17.3. Liminar	430
17.3.1. Processo coletivo comum	433
17.3.2. Mandado de segurança coletivo	434
17.3.2.1. Natureza jurídica	434
17.3.2.2. Prestação de garantia para a concessão da liminar	436
17.3.2.3. Comunicações	436
17.3.2.4. Efeitos da liminar	437
17.3.2.5. Perempção ou caducidade da liminar	438
17.4. Cautelar	440
17.4.1. Processo coletivo comum	440
17.4.2. Cautelares nominadas na Lei de Improbidade Administrativa	442
17.4.2.1. Introdução	442
17.4.2.2. Indisponibilidade de bens	443
17.4.2.2.1. Natureza jurídica	443
17.4.2.2.2. Atos de improbidade e indisponibilidade	445
17.4.2.2.3. Legitimidade ativa	446
17.4.2.2.4. Objeto da garantia	447
17.4.2.2.5. Limites impostos ao ato de constrição	449
17.4.2.2.6. Forma do pedido de indisponibilidade	453
17.4.2.2.7. Concessão liminar da medida cautelar	453
17.4.2.2.8. Requisitos para a concessão	455
17.4.2.2.9. Prazo para a propositura da ação principal	457
17.4.2.2.10. Pedido ilíquido	459

17.4.2.2.11. Adequações	460
17.4.2.2.12. Direito intertemporal	461
17.4.2.3. Afastamento provisório do cargo, emprego ou função	462
17.4.2.3.1. Natureza jurídica	462
17.4.2.3.2. Requisitos para a concessão da cautelar probatória	465
17.4.2.3.3. Tempo de duração	466
17.4.2.3.4. Sujeitos passivos da medida	468
17.4.2.3.5. Excepcionalidade do pedido	468
17.4.3. Processo coletivo especial	469
17.4.3.1. Ação direta de inconstitucionalidade	469
17.4.3.2. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	473
17.4.3.3. Ação declaratória de constitucionalidade	475
17.4.3.4. Arguição de descumprimento de preceito fundamental ...	476
17.5. Tutela da evidência	478
17.5.1. Introdução	478
17.5.2. Hipóteses de cabimento	479
17.5.2.1. Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu	479
17.5.2.2. Fato provável e tese jurídica pacificada nos tribunais superiores	482
17.5.2.3. Prova documental em ação reipersecutória	483
17.5.2.4. Prova documental sem prova do réu capaz de gerar dúvida razoável ao juiz	483
17.5.3. Procedimento	484
18. MEIOS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS	485
18.1. Introdução	485
18.2. Jurisdição	485
18.3. Equivalentes jurisdicionais	486
18.3.1. Autotutela	486
18.3.2. Autocomposição	487
18.3.2.1. Diferentes espécies	487
18.3.2.2. Termo de ajustamento de conduta	489
18.3.2.3. Instrumentos extrajudiciais semelhantes ao Termo de Ajustamento de Conduta	494
18.3.2.4. Transação durante o processo coletivo	495
18.3.2.5. Acordo de não persecução cível	496
18.3.3. Mediação	501

18.3.4. Arbitragem	502
18.3.4.1. Generalidades	502
18.3.4.2. Cabimento na tutela coletiva	504
18.3.4.2.1. Introdução	504
18.3.4.2.2. Vedação expressa à arbitragem no Código de Defesa do Consumidor	505
19. GRATUIDADE	507
19.1. Introdução	507
19.2. Isenção de adiantamento	507
19.3. Condenação em verbas de sucumbência	511
20. INQUÉRITO CIVIL	515
20.1. Introdução	515
20.2. Natureza jurídica do inquérito civil	516
20.2.1. Introdução	516
20.2.2. Legitimação exclusiva do Ministério Público	516
20.2.3. Facultatividade	517
20.2.4. Formalidade restrita (inquisitorialidade) – o problema do contraditório	518
20.2.5. Publicidade mitigada	520
20.2.6. Autoexecutoriedade	521
20.3. Procedimento preparatório	522
20.4. Procedimento	523
20.4.1. Introdução	523
20.4.2. Instauração	524
20.4.3. Indeferimento do requerimento de instauração do inquérito civil	525
20.4.4. Instrução	527
20.4.5. Audiência pública	530
20.4.6. Arquivamento	531
20.4.7. Recomendações	533
20.5. A importância da aproximação entre o inquérito civil e as cautelares probatórias – o valor e a carga da prova produzida	534
21. PROCESSO COLETIVO PASSIVO	537
21.1. Situações jurídicas coletivas passivas	537
21.2. Situações jurídicas coletivas ativas e passivas	538
21.3. Situações jurídicas coletivas passivas e processo coletivo passivo	539
21.3.1. Introdução	539

21.3.2.	Dificuldades práticas na adoção do processo coletivo passivo	540
21.3.2.1.	Legitimidade	540
21.3.2.2.	Coisa julgada	541
21.3.2.3.	Demais questões processuais	543
21.4.	Ações coletivas passivas originais e derivadas: indevida confusão	546
22.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	549
22.1.	Introdução	549
22.2.	Decadência	550
22.2.1.	Mandado de segurança coletivo	550
22.2.2.	Habilitação individual em sentença coletiva de direito individual homogêneo	551
22.3.	Prescrição	552
22.3.1.	(Im)prescritibilidade da pretensão de ressarcimento de danos ao Erário	552
22.3.2.	Ação popular	553
22.3.3.	Ação de improbidade administrativa	554
22.3.4.	Ação civil pública	555
22.4.	Prescrição da pretensão individual	556
22.4.1.	Pretensão de conhecimento	556
22.4.2.	Pretensão executiva	557
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	559